



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

A falta de vagas nas creches e escolas tem vindo a agravar-se nestes últimos anos, devido ao aumento da taxa de natalidade. Assim, alguns encarregados de educação tiveram, sem outro remédio, que fazer fila com dois dias de antecedência para obter os boletins de inscrição que começaram a ser distribuídos no passado dia 1 pelas escolas, só porque algumas delas resolveram fixar um número limite de boletins a serem distribuídos. Posta perante o caso, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) afirmou que, para além de não concordar com a fixação de um limite do número de boletins a distribuir ou a admitir, tinha entrado de imediato em contacto, por um lado, com as escolas em causa, pedindo a retirada dessa medida e, por outro, com as escolas sem encarregados de educação em fila, pedindo para otimizar o processo de admissão. Contudo, afirmam algumas escolas que “nunca receberam essas instruções da DSEJ”; que a fixação de um limite no número de boletins a distribuir se deveu ao facto de não haver tempo, nem recursos e pessoal para gerir todo o processo, e para evitar causar alguma insatisfação aos encarregados de educação, por o número de boletins distribuídos nem sempre se traduzir numa admissão; e que as ordens da DSEJ foram logo cumpridas, ficando os limites imediatamente cancelados.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Se bem que, posteriormente, muitas escolas tivessem afixado um aviso para esclarecer que o número de boletins de matrícula era ilimitado, a verdade é que as dúvidas ainda persistiam e levaram os encarregados de educação a optar por passar uma noite em fila para os obter.

A pretexto disto, apresentei no ano passado uma interpelação para alertar as autoridades sobre essa eventualidade, esperando que seja permitido às “escolas aderentes à rede” cobrarem, de acordo com o valor fixado pelas autoridades, uma adequada taxa de inscrição ou receberem directamente do Governo um apoio financeiro, de forma a disporem de meios para admitir a inscrição e entrevistar cada um dos candidatos. Contudo, segundo o afirmado na resposta da DSEJ, não é permitida às escolas aderentes à rede a cobrança de taxa de inscrição, porque as mesmas recebem apoios financeiros que já cobrem em grande parte os encargos de funcionamento pela prestação de ensino gratuito, bem como obtêm a concessão de terrenos para construir, alargar e modificar o estabelecimento de ensino, e demais financiamentos para adquirir equipamentos e aparelhos. Só que a DSEJ nunca atribuiu um subsídio específico para a admissão de alunos para suportar os respectivos custos administrativos ou para pagar, segundo a lei, as horas extraordinárias ao pessoal docente encarregado da entrevista. Além disso, nem serviu de lição o caso do ano passado, de modo a articular melhor os trabalhos com as escolas ou para emitir-lhes instruções claras, a fim de evitar filas de encarregados de educação a aguardarem a distribuição dos boletins de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

inscrição.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Afirma a DSEJ que “nunca concordou com a fixação de um limite no número de boletins a distribuir”, mas através de que forma emitiu expressamente as normas ou instruções sobre a não imposição de um limite dos boletins de inscrição a distribuir e das entrevistas a conceder? Porque é que algumas escolas negam ter recebido essas instruções?
2. É por sofrerem de restrições decorrentes do sistema e dos recursos que algumas escolas foram obrigadas a fixar uma quota às crianças a serem inscritas no ensino pré-escolar para serem entrevistadas, o que não só afecta a oportunidade na escolha da escola, mas acrescenta ainda maior pressão e preocupações aos encarregados de educação. Perante o futuro ciclo de pico a ser registado no ensino pré-escolar, a situação vai agravar-se ainda mais. Assim, que medidas efectivas vai o Governo utilizar para responder à situação das filas de encarregados de educação pela noite fora, só por receio de não conseguirem um boletim de inscrição para os seus filhos? E para que os encarregados de educação consigam matricular os seus filhos nas escolas preferidas, criando oportunidades de justa concorrência pelas vagas escolares?
3. Se bem que as autoridades tivessem reiterado que as taxas de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

inscrição cobradas pelas “escolas não aderentes à rede” têm de ser destinadas a um fundo específico para o fim criado, o certo é que situação congénere já não é permitida às “escolas aderentes à rede”. Vai ser ponderado, no futuro, o princípio da igualdade, no sentido de permitir a sua cobrança às últimas, tal como fazem as primeiras, ou de conceder às últimas um apoio financeiro directo para que possam dispor dos recursos necessários para entrevistar todos os candidatos inscritos e para que tanto os encarregados de educação como os alunos possam ter uma maior liberdade de escolha da escola e um maior grau de comodidade?

05 de Março de 2015.

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Cheng I